

Avaliação do nível de acesso aos serviços de crédito público e privado pelas PME'S pertencentes e/ou lideradas por mulheres na actividade agrícola na província de Gaza

Assessment of the level of access to public and private credit services by SMES owned and/or led by women in agricultural activity in Gaza province

DOI:10.34117/bjdv8n7-273

Recebimento dos originais: 23/05/2022

Aceitação para publicação: 30/06/2022

Joana Manuel Matusse Joaquim

Doutora em Estudos de Desenvolvimento

Instituição: Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto (ESNEC)

Endereço: Chibuto, Gaza, Moçambique

E-mail: joanamatusse@yahoo.com.br

José Amilton Joaquim

Doutor em Sociologia Económica e das Organizações

Instituição: Universidade Eduardo Mondlane – Faculdade de Educação

Endereço: Maputo, Moçambique

E-mail: jhamylton@yahoo.com.br

Nelson Maria Rosário

Doutora em Desenvolvimento Rural

Instituição: Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto (ESNEC)

Endereço: Chibuto, Gaza, Moçambique

E-mail: nemaro17@gmail.com

RESUMO

Nos últimos tempos as questões relacionadas com o género notabilizaram-se em debates públicos e movimentos sociais, influenciando a atuação dos governos em políticas públicas que visam promover a igualdade e equidade de género, através de acções de apoio ao sector privado, ao emprego digno, à inclusão financeira e ao desenvolvimento humano. Em Moçambique as desigualdade de género são uma realidade e constituem barreiras aos esforços de desenvolvimento. O empoderamento da mulher constitui uma acção da sua legitimação nas esferas políticas, económicas, sociais e culturais, que durante muito tempo foram relegadas aos homens. Nas zonas rurais as mulheres desempenham um papel fundamental, por estarem engajadas em actividades económicas essenciais para a economia, com destaque para a agricultura que absorve o maior número de mulheres e é a principal fonte de subsistência e de rendimento. É neste contexto que o estudo faz uma avaliação do nível de acesso crédito público e privado, pelas PME's geridas por mulheres que desenvolvem a actividade agrícola na província de Gaza. Como uma das formas de empoderamento económico da mulher para o fortalecimento da capacidade produtiva e comercial das suas fontes de subsistência e/ou rendimento. O empoderamento económico das mulheres, no que concerne ao acesso aos instrumentos

financeiros e inclusão social nos processos de desenvolvimento, não se traduz automaticamente na igualdade de género e na eliminação das discriminações, se não for conjugado com acções que tomem em consideração as implicações sociais e as dinâmicas culturais dos respectivos contextos. O estudo emprega uma abordagem qualitativa baseada na análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas dirigidas as PME's geridas por mulheres e às instituições financeiras públicas e privadas; e da análise documental dos instrumentos financeiros de atribuição de crédito. O estudo revela que as PME's geridas por mulheres na província de Gaza no sector agrícola não tem acesso aos serviços de crédito formal de instituições bancárias comerciais, de investimento e de desenvolvimento. O acesso ao crédito é restringido aos serviços de microfinanças de instituições de microcréditos e governamentais. Com efeito, o fortalecimento da capacidade produtiva e comercial e, conseqüentemente, o empoderamento económico das mulheres é colocado em causa. O que conduz a necessidade de se repensar no crédito como uma estratégia de empoderamento da mulher no meio rural.

Palavras-chave: crédito, empoderamento económico, mulher, meio rural, agricultura, Moçambique

ABSTRACT

In recent times, issues related to gender have become notable in public debates and social movements, influencing the actions of governments in public policies that aim to promote gender equality and equity, through actions to support the private sector, decent employment, financial inclusion and human development. In Mozambique, gender inequalities are a reality and constitute barriers to development efforts. The empowerment of women constitutes an action for their legitimation in the political, economic, social and cultural spheres, which for a long time were relegated to men. In rural areas, women play a fundamental role, as they are engaged in essential economic activities for the economy, with emphasis on agriculture, which absorbs the largest number of women and is the main source of subsistence and income. It is in this context that the study assesses the level of access to public and private credit by SMEs managed by women who carry out agricultural activity in the province of Gaza. As one of the forms of economic empowerment of women to strengthen the productive and commercial capacity of their sources of subsistence and/or income. The economic empowerment of women, in terms of access to financial instruments and social inclusion in development processes, does not automatically translate into gender equality and the elimination of discrimination, if it is not combined with actions that take into account the social and the cultural dynamics of the respective contexts. The study employs a qualitative approach based on content analysis of semi-structured interviews aimed at SMEs managed by women and at public and private financial institutions; and document analysis of financial instruments for granting credit. The study reveals that women-run SMEs in Gaza province in the agricultural sector do not have access to formal credit services from commercial, investment and development banking institutions. Access to credit is restricted to microfinance services from microcredit and government institutions. Indeed, the strengthening of productive and commercial capacity and, consequently, the economic empowerment of women is put at risk. This leads to the need to rethink credit as a women's empowerment strategy in rural areas.

Keywords: credit, economic empowerment, women, rural area, agriculture, Mozambique.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias actuais os assuntos do género tem vindo a ganhar campo nos debates sociais e na actuação dos governos dos diversos países. Trata-se de uma abordagem dos diferentes papéis que a sociedade atribui aos homens e as mulheres e as relações de poder entre ambos (Everts, 1997). A sociedade mundial e em particular moçambicana tornou-se mais consciente de que as desigualdades de género são um entrave aos esforços de desenvolvimento. O que desponta a luta pelo empoderamento da mulher, a parte mais fragilizada nessas relações, como forma de legitimar seu potencial na sua participação política, social e económica.

No meio rural as mulheres desempenham um papel crucial na produção e reprodução familiar, sobretudo com base na prática da agricultura como principal meio de subsistência e de rendimento. No entanto, a falta de recursos financeiros e materiais para elevar os níveis de produção e de rendimento, bem como a falta de conhecimento em gestão da actividade com uma perspectiva comercial, comprometem a atuação emancipatória da mulher (Governo da Província de Gaza, 2006). É neste contexto que o estudo propõe-se a avaliar o nível de acesso ao crédito público e privado para o fortalecimento da capacidade produtiva e comercial das PME's no sector agrícola lideradas e/ou pertencentes as mulheres na província de Gaza. Para o efeito, o estudo (a) identifica o perfil das PME's, (b) caracteriza as fontes de crédito públicas e privadas acedidas pelas PME's, (c) analisa o nível de acesso aos serviços de crédito das PME's e (d) as suas implicações no aumento da capacidade produtiva e comercial das PME's.

A província da Gaza localiza-se na região sul de Moçambique com uma área de 75.334 Km² e uma população estimada em cerca de 1.467.951 habitantes, maioritariamente rural (74,3%) e com um maior número de mulheres (Governo da Província de Gaza, 2018). A província de Gaza possui um grande potencial agroecológico e é atravessado por uma variedade de bacias hidrográficas que propiciam a prática da actividade agrícola, uma das principais actividades do tecido económico da província.

O crédito é percebido como uma forma de promover a equidade de género, na busca de espaço para uma participação mais activa e visível da mulher na sociedade, através do desenvolvimento das suas capacidades, não obstante a resistência ideológica no financiamento às mulheres e, consequentemente, à agricultura por ser uma actividade de risco.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GÊNERO, EMPODERAMENTO DA MULHER E DESENVOLVIMENTO

O conceito de gênero foi empregue inicialmente em 1970 e expandiu como interpretação das relações de poderes assimétricos entre homens e mulheres (Saffioti, 2004). Para Everts (1997) falar de gênero é falar das características sociais distintas atribuídas as pessoas, que podem mudar e que não são determinadas biologicamente através do sexo. Fazem parte dessas características, as psicológicas, sociais, políticas e culturais modificáveis com o tempo, que definem as pessoas como homens e mulheres (Borges et al., 2011).

Gênero é ainda conceituado como um modo primordial de dar significado às relações de poder da prática dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Araújo, 2005).

Com efeito, quatro características podem derivar do conceito de gênero: (1) como elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e primeiro modo de dar significado às relações de poder; (2) como sentido feminino e masculino legitimado pelas instituições educativas, religiosas, jurídicas, científicas e políticas que resulta na posição dominante masculina, vista como a única possível, ocultando as divergências e conflitos daí resultantes; (3) como inclusão de questões ocultas e reprimidas nas representações binárias do gênero e ampliação das relações de gênero para além do âmbito familiar, que excede para o mercado de trabalho, a escola, a organização e representação política e (4) como parte da identidade subjectiva (Scott, 1998; Fernandes, 2008). Segundo Fernandes (2008) são as características de gênero que permitem perceber o lugar que a mulher ocupa e a invisibilidade do seu papel na produção e reprodução social.

De um modo geral, mas não universal, nas mais diversas sociedades, as diferenças sexuais entre homens e mulheres serviram de base para a organização da divisão sexual do trabalho, em que certas actividades foram atribuídas aos homens e outras, às mulheres. Aos homens se reservaram as actividades da esfera pública. As mulheres, as actividades da esfera privada, vinculadas estas à reprodução da família e à gestão do espaço doméstico.

No meio rural as relações de poder são baseadas em princípios morais, em que a autoridade masculina é justificada como um meio de manter a colectividade e neutralizar as divergências e tensões no seio da família e o papel da mulher é desenvolver actividades

que não requerem seu deslocamento para espaços públicos (Schaaf, 2001; Fernandes, 2008).

A solução dos desequilíbrios de género passa por mudanças sociais que somente ocorrem se os espaços vividos pelos actores ofereçam oportunidades de acesso e controle de recursos, sejam eles económicos, sociais e políticos, e condições culturais condizentes.

No que concerne as oportunidades económicas, estas devem estar acompanhadas de políticas que pressuponham acesso a meios monetários, crédito e património, como um meio de empoderamento das mulheres (Carrasco, 1998; Fernandes, 2008).

É neste contexto que a avaliação do acesso ao crédito como uma estratégia de empoderamento da mulher reveste-se de grande relevância na busca pela equidade de género e na eliminação das discriminações.

2.2 O CRÉDITO COMO UM MEIO DE EMPODERAMENTO DA MULHER

De acordo com Swedberg (1999) crédito consiste na troca de poderes de disposição sobre bens materiais possuídos, pela promessa de uma transferência futura do poder de disposição sobre outros bens materiais, de qualquer espécie.

Fernandes (2008) refere que nesse processo de cedência e recepção, existem metodologias adoptadas nem sempre condizentes com a lógica dos que demandam. Os que solicitam muitas vezes orientam suas práticas financeiras que lhes permitem resolver problemas cotidianos, mas essas práticas nem sempre são compatíveis com a lógica dos doadores. Fernandes (2008) destaca que existem no crédito, pequenos e grandes empréstimos, o que torna esse campo segmentado e diversificado. Os pequenos empréstimos referem-se aos microcréditos, microfinanças ou microbanco que se destinam as pessoas, sectores ou áreas de actividade com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro tradicional. Os grandes empréstimos são créditos ou finanças do sistema financeiro tradicional (os bancos).

Segundo Hulme e Mosley (1996) e Vieira (2012) crédito é uma estratégia de promoção da equidade de género, que conduz ao empoderamento económico e que pode influenciar mudanças no estatuto socio-económico da mulher. Vieira (2012) realça que como um meio de empoderamento económico da mulher, o crédito constitui um mecanismo de geração de oportunidades de auto-emprego para as mulheres, muitas vezes em situação de desvantagem. Para Fernandes (2008), o crédito é uma forma de dar autonomia económica e visibilidade às actividades realizadas pelas mulheres no espaço doméstico e em seu entorno que, ao longo da história, permaneceram às margens do

sistema produtivo e da esfera pública e foram consideradas improdutivas, do ponto de vista económico.

Nesse sentido, o crédito deve ser concebido como um instrumento de superação das desigualdades económicas, reproduzidas por vários aspectos dentre eles o *habitus* cultural, e para isso deve levar em consideração a heterogeneidade do público que se quer atingir.

Melo (2003), Butto (2006) e Alves (2012) mencionam que quase sempre o crédito é acedido, empregado e distribuído segundo as necessidades e interesses dos homens que, na sua maioria, representam aqueles que estabelecem legitimamente relação com o mundo público.

Alves (2012) salienta que ainda que as mulheres estejam em condições de aceder ao crédito, o acesso é deficitário. As políticas públicas voltadas para as mulheres, em particular, na unidade familiar rural (agricultura) não têm contribuído de modo eficaz para uma mudança na condição de vida das mulheres nessa área.

Alves (2012) refere que devido a desvalorização e/ou invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano da unidade familiar rural, o acesso ao crédito pelas mulheres, quando estas gerem actividade própria, de iniciativa individual ou colectiva, pode contribuir para a renda familiar, aumento de sua autonomia bem como contribuir para o processo de auto-descoberta enquanto sujeitos, capazes de actuar e serem bem-sucedidos no espaço público, aumentando sua participação pública e política. Além disso, contribui para que as mulheres exerçam suas capacidades de gestão, fazendo com que se sintam mais importantes e valorizadas ao contribuir para melhorar a renda da família, ao criar novos contextos e ao produzir novos interesses e necessidades.

Todavia, a autora destaca que, se por um lado o crédito representa possibilidade de mudanças positivas, por outro lado representa ônus e responsabilidades a serem assumidas pelas mulheres, já sobrecarregadas com as suas actividades cotidianas. O que induz aos homens a deixarem de se responsabilizar com o sustento da família.

A autora refere ainda que é importante considerar a complexidade dinâmica das relações de género ao se implementar políticas públicas voltadas para as mulheres, tendo em conta tanto a sua eficácia como a natureza das políticas, ou seja, sua maior ou menor abrangência, consideração das diversas vivências e condições das mulheres e das diferenças entre elas, seu impacto a curto, médio e longo prazo sobre a vida de homens e mulheres.

A inclusão da perspectiva de gênero é um elemento fundamental para a construção de políticas e práticas sociais que integrem as mulheres no acesso ao crédito, o que cria mudança qualitativa nas relações sociais e nas condições de vida.

3 METODOLOGIA

O estudo baseia-se na abordagem qualitativa, na busca de pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas (Bogdan e Biklen, 1994). Trata-se de um estudo de caso que na perspectiva de Vilelas (2009), pode ser um indivíduo, o papel desempenhado por ele ou por uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade ou ainda uma nação. Neste estudo de caso a unidade de análise são as PME's agrícolas lideradas pelas mulheres e as instituições financeiras públicas e privadas na província de Gaza, o que torna este estudo holístico (Stake, 2007; Vilelas, 2009) na medida em que a multiplicidade de informações investigadas em subunidades permitem conhecer diferentes saliências do estudo caso.

Para a recolha de dados utilizou-se a técnica da amostragem não probabilística intencional, tendo sido entrevistados um universo de 17 MPE's e 6 instituições provedoras de crédito pública e privada. Por seu turno, a análise documental foi empregue no estudo dos instrumentos financeiros de atribuição de crédito.

A análise dos dados recolhidos a partir das entrevistas e da análise documental foi baseada na análise de conteúdo, caracterizada pela transcrição, codificação, interpretação e inferência do conteúdo. Conforme reiteram Bogdan e Biklen (1994) ao salientar que a análise de conteúdo envolve a organização, divisão em unidades, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e a serem aprendido e transmitidos.

Para a classificação das PME's tomou-se por base o número de trabalhadores e volume de negócios (IPEME, 2015), tendo sido eleita a cultura agrícola com maior contributo no negócio para o cálculo do volume de negócios.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL DAS MULHERES GESTORAS/EMPREENDEDORAS DAS PME'S

Na província de Gaza foram identificadas 17 entidades económicas geridas por mulheres, com idades compreendidas entre 39 a 75 anos, que operam a título individual e colectivo, como PME's, associações ou cooperativas, no formal (65%) e no informalismo (35%). Estas mulheres desenvolvem a actividade agrícola numa área que

varia de 1.5 a 50 ha, com experiência profissional entre 10 a 35 anos para a maioria das mulheres (64%) e de 1 a 5 anos para 36% das mulheres.

As entidades económicas formalizadas são aquelas que operam de forma colectiva. As razões para o efeito prendem-se com os critérios de constituição destas entidades que obriga a formalização da actividade para serem assim designadas, em associações ou cooperativas. A necessidade de busca financiamento, em que um dos critérios de elegibilidade é a licença legal para a operacionalização da actividade, concorre para a busca de formalização da actividade. O que pressupõe haver mais possibilidades de se obter recursos (crédito de instituições bancárias comerciais), sejam eles financeiros ou materiais, para as mulheres em associação em relação àquelas que operam a título individual.

A faixa etária destas gestoras ilustra que esta actividade é desenvolvida sobretudo por mulheres adultas, o que por um lado, reflete a falta de atractividade da actividade agrícola para a camada mais jovem, e por outro, a incerteza na permanência da actividade agrícola como a principal fonte segura de subsistência e de renda.

O estado civil destas mulheres gestoras (64% casadas, 34% viúvas) indicia que as relações de poder existentes estabelecidas socialmente não interferem significativamente na busca pela autonomia e independência financeira, embora essas relações se baseiem em princípios morais, em que a autoridade masculina é justificada como um meio de manter a colectividade e neutralizar as divergências e tensões no seio da família (Schaaf, 2001; Fernandes, 2008) citando), conforme relatos como *homem é sempre homem* recorrentes nas narrativas das mulheres e o desabafo de uma mulher ao referenciar que ela apresenta o seu ordenado ao cônjuge, não obstante o mesmo não retribuir da mesma forma.

O capital cultural propicia ao homem uma série de recompensas no matrimónio em detrimento da mulher, mesmo quando esta detém o capital económico (Bourdieu, 1983; Fernandes, 2008). Segundo Fernandes (2008) a solução para tais desequilíbrios de género passa por mudanças sociais que somente ocorrem se os espaços vividos pelos actores oferecerem condições económicas e culturais condizentes. Ou seja, ao acesso e controlo equitativo aos recursos (terra, educação, crédito, entre outros), a participação em processos de decisão.

Estas desigualdades nas relações de poder são mais expressivas na falta de partilha das responsabilidades domésticas por ambos, apesar do limitado apoio de terceiros (filhos, sobrinhos, netos) que algumas mulheres possuem, com as mulheres a trabalham

mais horas e a terem cada vez a responsabilidade pelo sustento da família, conforme Silveira (2012).

No que respeita ao acesso a educação, no geral agricultura continua sendo praticada por pessoas sem escolaridade e com níveis de escolaridade básica e sem especialização. As narrativas destas mulheres empreendedoras revela que a maior parte delas não possuem nenhuma formação académica. Além disso, nenhuma mulher gestora das PME's tem formação ou capacitação em gestão de negócios, somente conhecimentos em técnicas de produção adquiridas através das experiências empíricas e das parcerias com os Serviços Distritais de Actividade Económica e outras organizações não-governamentais. Estas constatações têm implicações na gestão das suas actividades e consequentemente na capacidade de aceder ao financiamento para desenvolver o negócio.

4.2 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS ASSOCIADAS A AGRICULTURA

O tecido empresarial da província de Gaza no sector agrícola gerido por mulheres é caracterizado por 59% de micros empresas e 41% pequenas empresas na produção de culturas alimentares e de rendimento, com realce para as culturas alimentares, justificadas pela busca de segurança alimentar da familiar (autoconsumo).

A agricultura, a principal actividade desenvolvida, é complementada por outras actividades como sejam, o processamento, a pecuária, o extrativismo (produção de carvão vegetal), a panificação e a confecção de alimentos e vendas de bebidas. A pecuária destaca-se como a principal actividade complementar, seja por questões históricas visto que Gaza é uma das principais províncias de Moçambique de criação de gado bovino e animais de pequeno porte, seja por questões de segurança familiar como reserva para momentos de crise na agricultura. A cultura do milho, do arroz, do tomate e da couve constitui a base do processamento, normalmente em pequena escala e com meios manuais

No exercício das suas actividades, as PME's geridas por mulheres actuam em todas etapas, desde a produção até a comercialização, sem nenhuma especialização, com limitados factores produção (capital, força de trabalho qualificada, meios mecanizados, infraestruturas para o armazenamento da produção) muitos deles por empréstimo ou alugados. A comercialização da produção é feita em mercados nacionais e em algumas feiras circunvizinhas internacionais

4.3 FONTES DE FINANCIAMENTO E NÍVEL DE ACESSO AO CRÉDITO

O sistema bancário em Moçambique é constituído fundamentalmente por instituições bancárias comerciais, micro-bancos, cooperativas de crédito, casas de câmbio, organizações de poupança e empréstimo e operadores de microcrédito (CTA, 2014). Desta tipologia de instituições, a província de Gaza congrega alguns bancos comerciais, microbancos, cooperativas de crédito, operadores de microcrédito e ainda serviços financeiros de crédito públicos, com uma estrutura societária (accionistas) maioritariamente de capital estrangeiro.

Apesar da província de Gaza possuir um grande potencial agroecológico (terra arável, regadios, bacias hidrográficas, condições edafoclimáticas favoráveis) para o desenvolvimento de actividades do sector primário (agricultura, pesca, pecuária), o financiamento é a grosso modo orientado para o sector terciário (comércio), justificado essencialmente pelos riscos da actividade e demora no retorno do investimento.

Do universo das mulheres gestoras das PME's em Gaza, apenas 29% tiveram acesso ao crédito, disponibilizado pelos serviços financeiros de crédito públicos (80%) e pelos serviços de microfinanças (20%). Do universo das mulheres gestoras, 71% não possui e nunca teve acesso ao crédito, seja público ou privado. Portanto o acesso ao financiamento é ainda uma incógnita para o desenvolvimento do sector agrícola no geral e das mulheres gestoras de PME's em particular. O crédito bancário comercial continua a ser de difícil acesso, mesmo com linhas de financiamento específico para PME's. Os pequenos empréstimos dos microcréditos, microfinanças ou microbanco continuam a ser destinados para as pessoas, sectores e áreas de actividade com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro tradicional (Fernandes, 2008). Esta situação consubstancia o que refere Bie (2015) o nível de exclusão da população no sistema financeiro moçambicana, sobretudo no meio rural com apenas 20% da população integrada.

A expressividade do crédito público deve-se as modalidades de cedências mais ou menos ajustadas ao perfil das mulheres no sector agrícola, aliado as políticas de promoção do empoderamento da mulher na busca de autonomia financeira e a disseminação da informação do crédito público, a partir das estruturas governamentais locais. Entretanto, embora os montantes máximos de crédito público para o sector agrícola encontrem-se na cifra dos 300.000,00 Mts (equivalente a 23.943 Reais), o nível de crédito acedido variou entre 30.000,00 Mts e 121.000,00 Mts (equivalente a 2.394 – 9.657 Reais), valores muito abaixo dos 50% do limite máximo de crédito disponibilizado. Contra as linhas de

financiamento bancário orientadas às PME's que variam de 3.500.000,00 a 5.000.000,00 MTs (equivalente a 279.339 a 3999.056 Reais), mas que elas não têm acesso.

Um outro dado não menos importante é que o crédito cedido não congrega serviços complementares de apoio, como sejam, a assistência técnica, assistência em gestão de recursos financeiros, entre outros. O que sustenta os pressupostos de Alves (2012) quando se refere às dificuldades que as mulheres têm para se beneficiarem de políticas públicas associadas ao acesso crédito.

Os homens são os que mais solicitam crédito em relação as mulheres, não obstante as mulheres serem mais inadimplentes, segundo uma fonte de financiamento de crédito, que revelou que em cada 10 pessoas que solicitam o crédito, somente 2 são mulheres. Sobre este aspecto, Melo (2003) e Butto (2006), Alves (2012) sublinham que normalmente o crédito é acedido, empregado e distribuído segundo as necessidades e interesses dos homens, que na sua maioria representam aqueles que estabelecem legitimamente uma relação com o mundo público. Esta constatação é sustentada na narrativa das mulheres como elucida o trecho *quando o meu esposo era vivo, ambos conseguíamos aceder ao crédito, porém, com a sua morte, não mais consegui, apesar das imensas tentativas de pedido de crédito nas instituições bancárias.*

Os autores salienta que o custo de acesso ao crédito caracterizado pela falta de colaterais e a necessidade de legalização dos negócios, obriga as PME's a iniciarem as suas actividades e/ou incrementar investimentos adicionais com base em poupanças pessoais e/ou informais, que por sua vez, resultam no lento crescimento do negócio e fraca competitividade no mercado. A maioria das PME's geridas por mulheres não possui o título de propriedade das áreas de produção (designado por Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), que poderiam servir de colateral para o acesso ao crédito. A terra não pode ser usada como garantia por ser propriedade do Estado. Os autores ressalvam ainda que as taxas de juro proibitivas e o limite do universo de garantias aceites pelo sector bancário são alguns dos obstáculos ao desenvolvimento da actividade empresarial, particularmente das micro, pequenas e médias empresas.

Para além dos constrangimentos mencionados, o estudo aponta a falta de requisitos elementares (como uma conta bancária, um documento de identificação para abertura da conta) no processo de busca de financiamento, verificados nas PME's geridas por mulheres.

Os receios de perda de bens douradores (casa, terra) e dos estereótipos socio-culturais no seio da comunidade que podem ser originados pelo risco de não conseguirem

honrar os compromissos de amortização da dívida, têm constituído factores limitantes de acesso ao crédito pelas mulheres gestoras das PMEs. A falta de acesso ao crédito também se verifica pela incapacidade por parte das mulheres para desenvolver cálculos monetários no âmbito da organização da contabilidade do negócio.

Como alternativa aos factores limitantes do acesso ao crédito, as mulheres adoptam outras estratégias de crédito, que vão desde fundos rotativos a seguros grupais. Estas estratégias funcionam como redes financeiras informais sustentadas por circuitos comunitários, via mecanismos de confiança e solidariedade (Búrigo, 2006; Fernandes, 2008). As narrativas das mulheres gestoras das PME's apontam a participação das mulheres em grupos de poupança (designada *xitique*) ao nível dos bairros comunitários onde residem. Esta é, segundo Baker Tilly Moçambique (2014), uma forma de diversificação de fontes de financiamento. Para o autor, o Estado tem um papel crucial na diversificação das fontes de financiamento, na promoção e busca de parceiros com a oferta de fundos com condições mais acessíveis para as PME's

As PME's geridas por mulheres que operam a título individual, todas no informalismo, são reconhecidas pelas autoridades governamentais, pelo seu contributo na produção e no abastecimento do mercado local. Parte delas já foram premiadas como melhores produtoras com abrangência nacional, regional e local. No entanto, este capital político não é suficientemente capitalizado para influenciar na concepção de políticas públicas mais favoráveis às mulheres (por exemplo, um programa de apoio a formalização dos negócios).

Valá (2009) destaca que as PME's são o motor da economia moçambicana, particularmente no meio rural, pois contribuem decisivamente para a criação da riqueza, geram um elevado número de postos de trabalho, representam o padrão do tecido produtivo e são cruciais para o combate à pobreza e o desenvolvimento dos distritos.

Alves (2012) desafia as mulheres para uma aplicação do crédito acedido de forma adequada, para uma efectivamente melhoria dos negócios e da qualidade de vida das mulheres e suas respectivas famílias, assim como para a busca de maior autonomia no acesso e controlo dos recursos. Nesta perspectiva, o crédito pode possibilitar a superação das desigualdades económicas, reproduzidas pelos *habitus* cultural (Fernandes, 2008).

4.4 IMPACTO DO CRÉDITO ACEDIDO NA CAPACIDADE PRODUTIVA E COMERCIAL

O empoderamento da mulher por meio do acesso ao crédito é, segundo (Hulme e Mosley (1996; Vieira (2012), uma estratégia que induz a mudanças no *status* económico e social da mulher, quer no que respeita ao acesso a mais recursos (fontes de renda, terra), quer na melhoria de condições de vida (educação, saúde, habitação condigna).

Como ficou evidente nas análises anteriores, o empoderamento das PME's geridas por mulheres não é muito expressivo. A falta de acesso a fontes robustas de crédito e o volume de crédito disponibilizado, quando este é acedido, limita o incremento às fontes subsistências existentes, com implicações na capacidade de produção e de comercialização agrícola e no nível de responsabilidade acrescido pela necessidade de garantia de reembolso.

Segundo as narrativas das mulheres, embora o crédito acedido tenha sido solicitado e aplicado na actividade para o incremento da capacidade, ora da produção, ora da comercialização, permitiu apenas manter a actividade, em meio as crises intrínsecas do sector. Para responder essencialmente as necessidades de segurança alimentar familiar, educação de filhos, condições muito básicas de saúde e de habitação, particularmente para as mulheres viúvas ou casadas com os cônjuges incapacitados.

Como consequência, a agricultura desenvolvida por essas mulheres continua a ser praticada com limitados factores de produção e fraca integração no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das PME's geridas por mulheres no sector agrícola na província de Gaza induz a uma reflexão sobre a eficácia das estratégias de empoderamento da mulher no meio rural e, em particular, na agricultura. As estratégias promovidas por meio do acesso ao crédito continuam sendo uma limitante para o incremento da actividade na produção e comercialização agrícola na província. A agricultura continua a ser desenvolvida por mulheres que operam no informalismo, sem escolaridade e que enfrentam barreiras de vária índole no acesso ao crédito. O crédito bancário comercial e de investimento é exíguo, inacessível e inadequado à realidade e necessidade do sector e das mulheres. As alternativas de crédito baseadas em microfinanças das instituições de microcrédito, dos serviços governamentais e de fundos rotativos comunitários acedidos pelas mulheres gestoras, embora tragam alguns ganhos para a manutenção das famílias, não são

suficientes para uma transformação da actividade de subsistência em actividade de negócio com fins lucrativos.

A pró-actividade das mulheres na busca de serviços de apoio à formalização e na gestão da actividade, aliada às iniciativas público-privadas e de ONGs na promoção da mulher em função das suas reais necessidades, podem ser um caminho para uma melhor concepção de estratégias que assegurem o real empoderamento da mulher.

REFERÊNCIAS

Alves, Maria de Fátima Paz. (2012). Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais: discutindo a experiência do Programa nacional de fortalecimento a agricultura familiar mulher no Oeste Potiguar. VII Congresso Latino americano de Sociologia Rural. (Doutoranda do Programa de Pós - Graduação em Antropologia /UFPE e professora do Departamento de Ciências Domésticas da UFRPE).

Araújo, Maria (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: Revisitando o Debate. Psicologia Clínica. Rio de Janeiro. Volume 17.

Baker Tilly Moçambique. (2014). PME em Moçambique: Oportunidades e desafios. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Empresarial em Moçambique. USAID/Moçambique. Dezembro.

Bie Adérito (2015). Moçambique com a maior taxa de exclusão financeira. Maputo. Disponível em <http://www.speed-program.com/blogs/by-author/aderito-bie/mocambique-com-a-maior-taxa-de-exclusao-financeira>.

Bogdan, Robert., et al (1994). Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.

Borges, Luísa. Calengo, André. Galan, Beatriz e Coelho, Antonieta (2011). Guião para a integração da perspectiva de gênero na legislação relativa a terras e águas.

Bourdieu, P. (1983). Sociologia. Coleção “Os grandes cientistas sociais”. Organização de Renato Ortiz. São Paulo: Ática.

Búrigo, F. L. (2006). Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Florianópolis. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina.

Butto, A. A. (2006). Entrevista concedida a Sirlei Aparecida Fernandes. Goiânia, 11-14.jun.

Everts, P. (1997). Gender, Agricultural Production, and the Theory of the Household. Journal of Political Economy.

CARRASCO, C. Introdução: para uma economia feminista. In: _____. (org.). Mujeres y economía. Nuevas perspectiva para viejos y nuevos problemas. Antrazyt:Icaria,1998.Disponívelem:http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/politica/Economia%20feminista.pdf. Acesso em: 15.maio.2007.

Fernandes, Sirlei. (2008). Gênero e políticas de crédito: o PRONAF-mulher em santa catarina. (Dissertação entregue como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina).

Governo da província de Gaza. (2006). Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Gaza. Gaza, Moçambique: PNUD e FAO

Governo da Província de Gaza (2018). Plano Estratégico da Província de Gaza 2018-2027. gaza na rota do progresso. Xai-xai.

Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Ministério Público do Estado da Bahia.

Hulme, D., & Mosley, P. (1996). *Finance against poverty* (Vol. 2). Psychology Press.
Instituto Nacional para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas - IPEME. (2015-2019). Estudo de Nichos de mercado empresariais para as MPME's.

Swedberg, R. (1999). Max Weber as an economist and as a sociologist: Towards a fuller understanding of Weber's view of economics. *American Journal of Economics and Sociology*, 58(4), 561-582.

Melo, L. A. (2003). Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira. Recife. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco.

Schaaf, A. (2001). Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF.

Scott, J. (1998). Entrevista. *Revista Estudos Feminista*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 114-124.

Stake, Robert (2007). A arte de investigação com estudos de caso. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Valá, Salim (2009). Pobreza, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento econômico dos distritos em Moçambique - MPD-DNPDR Comunicação apresentada durante a II conferência do IESE sobre Dinâmicas da pobreza e Padroes de Acumulacao Económica em Moçambique. Maputo.

Vieira, Rosa Ordina Xavier da B. (2012). As condições do acesso ao crédito por parte das mulheres empreendedoras rurais e urbanas em Moçambique – para além do Micro crédito. (Tese de mestrado, Moçambique).

Vilelas, José. (2009). *Investigação – o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.